

Tão perto e tão longe: radiodifusão pública na Guiana e no Paraguai¹

Sonia Virgínia Moreira²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

RESUMO

Este artigo analisa os sistemas públicos de rádio e televisão de dois países da América do Sul, o Paraguai e a Guiana, ambos fronteira com o Brasil, mas nem por isso conhecidos pelos brasileiros. Apesar da maior proximidade do Paraguai em termos geográficos e mesmo de identidade, o país é praticamente ignorado além das regiões e/ou estados de fronteira. A Guiana, por sua vez, tem na floresta amazônica o elemento inibidor de uma maior interação com os brasileiros. Em termos midiáticos, os dois países apresentam condições de mídia pública importantes de serem conhecidas no nosso país, que desde 2008 experimenta um novo modelo para o setor a partir da criação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC.

PALAVRAS-CHAVE: rádio, televisão, radiodifusão pública, América do Sul

A história da América do Sul é marcada em especial pela colonização espanhola e portuguesa. O resultado é uma região com predomínio de peculiaridades culturais locais mescladas às da península ibérica. Ao norte, porém, dois países distinguem-se no subcontinente: a Guiana e o Suriname estão, por sua vez, conectados às culturas britânica e holandesa e têm seus interesses culturais, econômicos, acadêmicos etc. voltados para o Caribe, inclusive como integrantes da CARICOM (Caribbean Community). Em estudo realizado sobre mídia pública nos 12 países que formam o bloco regional da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas)³, o lugar constitui uma ideia geográfica importante, considerando

(...) o esforço de compreender uma escala próxima, ligada ao mundo vivido, à dimensão existencial da experiência geográfica, entendendo essa escala como potência criadora, emancipadora e autêntica da sociabilidade orgânica (MARANDOLA JR, 2012).

Assim, as particularidades culturais e geográficas no conjunto dos países sul-americanos, explorados individual e coletivamente, são elementos importantes a serem explorados. Nesse sentido, Himpele (2008), Eliot (1996), Rama (2012), Burke (2003) e

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Manaus 2013).

² Professora dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pesquisadora de produtividade do CNPq. E-mail: soniavm@gmail.com

³ Projeto de pesquisa ‘Radiodifusão Pública nos Países da UNASUL’, desenvolvido entre 2009-2013 com apoio do CNPq.

Haesbaert e Porto-Gonçalves (2005) contribuem para a observação das culturas locais, das formas de circulação dos produtos culturais, das manifestações de hibridismo cultural e do consumo cultural. A circulação como prática cultural, por exemplo, está para os indígenas bolivianos como a *ch'alla*, escreve Himpele (p. xxi-xxii), explicando a veneração original – com gotas de cerveja ou álcool – a *Pachamama*, a mãe Terra, que simboliza o próprio solo e também a força cosmológica feminina que media a reprodução social e natural, como “forma de buscar o seu próprio bem-estar através da exibição e da regulação dos fluxos circulatórios vitais”. Nenhuma sociedade, convém assinalar, escapa da dimensão territorial:

O território é, sempre, também abrigo e proteção. No caso da espécie humana, o território é abrigo e proteção em duplo sentido: simbólico e material. Fernando pessoa disse certa vez: ‘minha pátria é minha língua’. (...) Toda sociedade, ao se constituir, no mesmo movimento conforma o seu espaço. Dessa maneira, o território não é externo à sociedade que o constitui. Ele a abriga com suas contradições e, por isso, contém, sempre, múltiplas territorialidades em potencial (HAESBAERT e PORTO-GONÇALVES, p. 13).

Eliot (p. 61-62), por sua vez, considera nas suas reflexões sobre região, que uma “cultura satélite inconfundível é aquela que conserva a sua língua, mas tão associada a outra ou tão dependente dela que não só certas classes da população, mas todas elas, têm de ser bilíngues”. Ainda assim, prossegue Eliot (p. 62-63), “o satélite exerce influência considerável sobre a cultura mais forte e tem, em geral, um papel mais importante no mundo do que teria como cultura isolada”. Essa situação é particularmente verdadeira nos países sul-americanos, incluindo aqueles na costa do Caribe. E Burke (p. 61) atenta para o modelo linguístico da “crioulização”, situação na qual uma língua franca desenvolve estrutura mais complexa:

(...) duas línguas em contato se modificam e ficam mais parecidas e assim ‘convergem’ e criam uma terceira, que frequentemente adota a maior parte de seu vocabulário de uma das línguas originais e sua estrutura ou sintaxe da outra. (...) No caso da *media lengua* do Equador, por exemplo, o vocabulário é principalmente espanhol enquanto que a estrutura é oriunda do quíchua (BURKE, 2003).

Nessas circunstâncias, Rama (p. 37-38) chama a atenção para o fato de a unidade da América Latina ser há muito tempo um projeto dos intelectuais latino-americanos, mas apesar da história e do idioma semelhantes a diversidade entre países (e também entre regiões culturais internas) mostra que

Algumas regiões estendem-se a dois ou mais países. (...) O mapa regional da América Latina não coincide com o mapa dos seus países independentes. Este segundo mapa da América Latina é mais verdadeiro que o oficial, cujas fronteiras foram delimitadas na maioria das vezes de acordo com antigas decisões administrativas coloniais. (...) Em uma escala mais ampla, o antropólogo Charles Wagley divide a América Latina em três regiões principais: a Afro-América (costa do Atlântico, agriculturas, escravidão, maior contribuição da cultura africana, feudalismo), a Indo-América (Andes, zonas frias e temperadas, grande população indígena, economia baseada na agricultura e na mineração, dominação espanhola, religião católica) e a Ibero-América (Sul-América temperada, colonização tardia, forte imigração europeia, pouca influência de culturas africana ou indígena, economia baseada em agricultura e bovinocultura, classe média) (RAMA, p. 38).

É no território ampliado pelas trocas econômicas e de conhecimentos culturais entre países e regiões que, escreve Ortiz (p. 56), “(...) cabe ressaltar o advento das indústrias culturais. O modo de produção industrial, aplicado ao domínio da cultura, tem a capacidade de impulsioná-la no circuito mundial”, um circuito que irá “se expandir e se fortalecer com o rádio e a televisão” (p. 57). Este artigo analisa como parte desse circuito de cultura os sistemas públicos de rádio e televisão de dois países da América do Sul, o Paraguai e a Guiana, ambos fronteira com o Brasil, mas nem por isso conhecidos pelos brasileiros. Apesar da maior proximidade do Paraguai em termos geográficos e mesmo de identidade, o país é praticamente ignorado além das regiões e/ou estados de fronteira. A Guiana, por sua vez, tem na floresta amazônica o elemento desviante do contato, de uma maior interação com os brasileiros. Em termos midiáticos, os dois países apresentam condições de mídia pública importantes de serem conhecidas no nosso país, que desde 2008 experimenta um novo modelo para o setor a partir da criação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC.

A herança europeia na Guiana

A Guiana é o terceiro menor país da América do Sul (depois do Suriname e do Uruguai) e também o terceiro país mais pobre da América Latina e do Caribe. Situada ao norte do subcontinente e fazendo fronteiras com a Venezuela a oeste, o Brasil ao sul e o Suriname a oeste, possui a maior cobertura florestal do mundo: 80% do país é formado por florestas, enquanto 10% constitui uma estreita planície costeira situada em grande parte abaixo do nível do mar, onde vive 90% da sua população de 756 mil habitantes. Considerada um centro de biodiversidade, a Guiana está se preparando para fornecer serviços ambientais em escala global. Grande parte da população indígena do

país (9,2%) vive nas florestas, das quais dependem para sua subsistência econômica, social e cultural. Estas comunidades ameríndias mantêm títulos de terra formais equivalentes a 2,4 milhões de hectares – do território total de 214 mil 969 quilômetros quadrados (WORLD BANK, 2012).

Os holandeses foram os primeiros a explorar o território da Guiana entre o século XVI, quando ali se instalou uma fortaleza da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, e o século XVIII. Guiana Britânica a partir de 1815, o país conquistou sua independência apenas em 1966. A múltipla composição etnocultural da sua população levou a períodos bastante turbulentos internamente.⁴ A multiplicidade étnica do país teve início no século XIX, quando a abolição da escravidão na Inglaterra em 1834 chegou à colônia. Nesta, os proprietários de plantações receberam uma compensação bastante alta do governo britânico pela "perda" dos seus escravos africanos e, com isso, tiveram recursos para trazer da Índia trabalhadores para a zona urbana e também para a agricultura da cana de açúcar no interior. O país se declara como terra de seis raças: africanos, indianos, portugueses (a maioria da Ilha Madeira), chineses, europeus (descendentes dos primeiros colonizadores) e ameríndios. Os indianos constituem a maioria da população, seguidos pelos africanos, pelos portugueses, pelos europeus da Inglaterra e da Holanda, pelos chineses e pelos índios nativos (SANDERS, 1978, p. 3-4).

Desde a sua independência em 1966 a Guiana tem sido administrada por governos socialistas. Em 1992, Cheddi Jagan foi eleito Presidente naquela que pode ser considerada a primeira eleição livre do país. Após a sua morte em 1997, sua esposa Janet Jagan tornou-se Presidente, mas renunciou em 1999 por problemas de saúde. Seu sucessor, Bharrat Jagdeo, foi reeleito em 2001 e novamente em 2006. Em 2011, Donald Ramotar foi eleito Presidente.

Radiodifusão

Talvez pelo fato de, durante boa parte da sua história, ter sido colônia de dois países europeus, a Holanda e a Inglaterra, a Guiana possui uma rede de emissoras públicas fortemente presente na vida dos seus cidadãos. A história da radiodifusão pública no país está intimamente ligada a empresas inglesas e holandesas. Em 1926, ainda como colônia inglesa, a Guiana não possuía emissoras locais de rádio operando em seu território, mas recebia transmissões da BBC, então British Broadcasting

⁴ Guyana History. The end of slavery. Disponível em 16/Dez.2012 em <http://www.guyana.org/features/guyanastory/chapter44.html>

Company Ltd., criada em 1922 como consórcio privado formado pelo General Post Office (que administrava as concessões da nascente indústria do rádio) e de seis companhias desse ramo emergente das telecomunicações⁵: Marconi, Radio Communication Company, Metropolitan-Vickers, General Electric, Western Electric e British Thomson-Houston – BTH (CHESNER, 2006). No início das transmissões radiofônicas em seu território, a então colônia inglesa testemunharia em 1927 a transformação da comercial BBC no conglomerado público British Broadcasting Corporation, a BBC como a conhecemos hoje.

Entre as décadas de 1930 e 1960 algumas emissoras se estabeleceram no país, frutos do investimento privado do exterior que circulava na Guiana. A Rádio Demerara é exemplo daquele período: resultado de algumas mudanças feitas na ZFY, emissora com boa audiência na época, a Demerara foi criada em 1951, mas só entrou em operação em 1957. Sob os termos da sua licença era obrigada a transmitir programação da BBC durante 21 horas por semana e programas do Governo Colonial durante 2 horas semanais. O volume de publicidade existente no país permitiu que a British Guiana United Broadcasting Company fundasse em 1958 uma segunda estação de rádio – a British Guiana Broadcasting Service (BGBS), na qual o governo negociava 10% do tempo de transmissão (SANDERS, op. cit., p. 22).

Relatório publicado pela UNESCO em 1965 com o título *Broadcasting in British Guyana* registra que, naquele período, a radiodifusão seguia um modelo comercial, com a programação das emissoras baseadas principalmente na reprodução de músicas e programas internacionais. Nas recomendações para o setor de rádio encaminhadas ao governo, a equipe da UNESCO chamou a atenção para duas possibilidades:

1. um monopólio governamental financiado em parte por renda de publicidade e em parte por fundos públicos e taxas de concessão;
2. um sistema combinado de estações controladas e operadas por empresas privadas, mas com programação em parte financiada e produzida nos estúdios do governo e em parte produzida pelas empresas comerciais e financiada com renda de publicidade.

A segunda proposta consistia, na verdade, no sistema já em funcionamento na Guiana. O governo optou por não seguir qualquer das sugestões encaminhadas pela UNESCO e em junho de 1967 dois profissionais do setor foram chamados para preparar

⁵ CHESNER, Mike. BC: Before the Corporation. In: Old Radio Broadcasting Equipment and Memories. Disponível em 17/abr./2012 em <http://www.btinternet.com/~roger.beckwith/bh/odds/prebh.htm>

um relatório que servisse como base para um ‘Sistema Nacional de Radiodifusão na Guiana’. O *Relatório Nascimento/Cholmondeley*, como ficou conhecido, foi apresentado em setembro do mesmo ano concluindo que:

1. O sistema de radiodifusão do país precisa ser expandido para incluir um Serviço Nacional de Radiodifusão. Esse Serviço será formado por uma emissora de rádio e uma emissora de televisão, ambas governamentais;
2. As ondas de rádio são uma *commodity* pública e pertencem ao povo da Guiana, por isso o seu uso deve ser regulado para atender o interesse e a conveniência desse público;
3. Como a radiodifusão tem tremenda responsabilidade social e política, o controle dessa mídia não permite que seja um monopólio comercial;
4. Uma Lei de Radiodifusão (Broadcasting Act) deve ser sancionada de modo que coincida com a expansão do sistema de radiodifusão – e esta Lei deve ser desenhada de modo a regular os meios de radiodifusão para que os interesses nacional e público sejam atendidos;
5. A Lei de Radiodifusão deve prever a criação de uma Autoridade de Radiodifusão, que irá: administrar e controlar o Serviço Nacional de Radiodifusão, determinar as políticas para o setor, regular e controlar as atividades de radiodifusores privados e coordenar o serviço de radiodifusão pública e privada de forma a assegurar ao público programação equilibrada, destinada a atender os interesses de comunidades (SANDERS, op. cit., p. 25).

A única recomendação seguida pelo governo foi a de que deveria controlar uma das duas emissoras em operação pela Guiana Broadcasting Company. Em 1968, com o processo de independência já consolidado, o governo renovou a concessão da Rádio Demerara e entrou oficialmente no campo da radiodifusão assumindo o segundo canal de rádio existente no país e fundando o Guyana Broadcasting Service (GBS), que se transformou na emissora oficial do governo da Guiana. O GBS era administrado pelo Ministério da Informação e tinha como meta funcionar como concorrente da Rádio Demerara – tanto em audiência como em receita publicitária. Em 1972 o GBS se transformou em Corporação Pública com a função de: a) garantir serviços de rádio e televisão na Guiana e b) garantir programas adequados produzidos pela Corporação de modo a atender os principais interesses do público em geral (SANDERS, op. cit., p. 24).

Oficialmente inaugurada no dia 1º de maio de 1979, a GBC operou como empresa estatal de rádio da Guiana até 2004, quando ocorre a sua fusão com a Guiana Television Broadcasting Company Limited (GTV), resultando na National Communication Network Incorporated (NCN Inc.). Atualmente, a NCN é responsável por administrar a televisão estatal de mesmo nome e também pela emissora de rádio Voz da Guiana (VOG). Partidos de oposição acusam o governo da Guiana de “dominar a mídia estatal”, tanto que o Partido Progressista Popular/Cívico (PPP/C) e a Aliança para a Mudança (AFC) propuseram a criação de uma Autoridade Nacional de Radiodifusão da Guiana

como forma de “aumentar a transparência no governo e promover a liberdade de expressão”.

Em setembro de 2012, um mês após a criação do novo órgão, grupos em defesa da liberdade de imprensa manifestaram preocupação com a politização da Autoridade Nacional de Radiodifusão (NBA):

“O Instituto Internacional de Imprensa (IPI) informou em seu *site* que a maioria dos conselheiros da NBA está ligada ao presidente do país caribenho ou ao seu partido político, o Partido Progressista do Povo (PPP), e tem pouca experiência de radiodifusão. O Presidente da Guiana, Donald Ramotar, nomeou o presidente da NBA e quase todos os cargos de diretoria restantes com pessoas próximas do seu governo, de acordo com o fórum International Freedom of Expression Exchange’s (IFEX). A oposição foi autorizada a nomear apenas um membro do conselho, o professor da Universidade da Guiana Sherwood Lowe. As nomeações do presidente ignoraram as recomendações de uma comissão parlamentar conjunta, de que uma comissão de parlamentares indicasse os diretores que iriam eleger o seu presidente, de acordo com IPI e IFEX (DYER, 2012).

Ainda em 2012, a Guiana caiu de “Livre” para ‘Parcialmente livre” no critério de medição da liberdade de imprensa do Freedom House⁶ devido à polarização intensa dos meios de comunicação e à intimidação verbal de jornalistas por membros do partido no poder – antes e durante as eleições gerais de novembro de 2011: “Casos de calúnia em julgamento e a aprovação de uma Lei de Radiodifusão que aumenta dramaticamente as multas para transmissão sem permissão também contribuíram para um ambiente de mídia mais restritivo”. A Constituição da Guiana prevê a liberdade de expressão e de imprensa, mas as relações entre o Partido Progressista do Povo (PPP), no poder, e alguns meios de comunicação se deterioraram em 2012, mesmo que leis de Radiodifusão e de Acesso à Informação tenham sido introduzidas em 2011.

O caso paraguaio

O Paraguai possui quase 407 mil km² de extensão, pouco mais de seis milhões de habitantes e ocupa o 105º lugar na classificação mundial do PIB, correspondente a US\$ 35,8 bilhões (*CIA World Facts*, 2012). Com 94% de índice de alfabetização, o Paraguai é considerado um país de desenvolvimento humano médio, ocupando a 107º posição mundial, de acordo com o *Human Development Report 2011*, da ONU. Sessenta e cinco por cento da população tem idade entre 15 e 65 anos, 25,5% está

⁶ Guyana Report – Status Change Explanation. Disponível em 16/Dez.2012 em <http://www.freedomhouse.org/report/freedom-press/2012/guyana>

abaixo de 14 anos e 6,1% acima de 65 anos de idade. Com duas línguas oficiais, o espanhol e o guarani, a composição étnica se apresenta da seguinte forma: 95% mestiços (ameríndios e espanhóis) e 5% outras etnias.

As primeiras transmissões por rádio datam de 1912 (mesmo ano em que o telégrafo começou a ser usado no Paraguai), mas somente em 1932 a recepção dos sinais radiofônicos se difundiu pelo país. As primeiras emissoras comerciais se instalam entre 1932 e 1935, no período da guerra entre o Paraguai e a Bolívia (conhecida como a Guerra do Chaco)⁷ e desempenharam papel importante na divulgação de informações sobre o conflito.

A primeira rádio de característica não-comercial no país foi a Radio Nacional del Paraguay, fundada em 1940.⁸ Estatal, no decorrer de mais de 80 anos serviu aos interesses dos governos. Exerceu papel de destaque no período ditatorial do general Alfredo Stroessner (1954-1989), como ferramenta eficaz de contrainformação e de propaganda partidária. Com a queda do regime em 1989 a Radio Nacional desativou a rede oficial de emissoras e encerrou o programa *A voz do [Partido] Colorado*, dois símbolos da comunicação oficial do governo Stroessner. Manteve, porém, características de rádio governamental, com a transmissão direta dos atos do Presidente e de chefes militares, com espaços exclusivos para o Partido Colorado. Em 1962 foi criada a Rádio Carlos Antonio Lopez (ZP-12), que no início operava de forma independente apesar de estar sob a administração da Companhia Paraguaia de Comunicação, empresa estatal operadora de linhas fixas, sem fio e de telefonia de longa distância. Pelo Decreto nº 12.891, a partir de 2001 a emissora passou a depender artística e administrativamente da Radio Nacional del Paraguay, vinculada diretamente à Presidência da República.

O desenvolvimento dos canais governamentais ou públicos de televisão é mais recente: as transmissões experimentais de TV datam de 1965, em Assunção. As séries estrangeiras ocupavam grande parte da programação, restrita ao horário noturno. Com a inauguração do canal Areguá teve início a transmissão via satélite. No início da década de 1980 as transmissões em cores substituíram gradualmente os aparelhos em preto e branco. Em agosto de 2010 foi criada a Televisión Pública Paraguay, resultante do

⁷ “No caso da Guerra do Chaco, a versão mais difundida e generalizada foi a de que a Standard Oil of New Jersey e a Royal Dutch Shell instrumentalizaram a Bolívia e o Paraguai, para que disputassem, pelas armas, a posse das jazidas de petróleo porventura existentes naquela região”. In: MONIZ BANDEIRA, L. A. “A Guerra do Chaco”, *Revista Brasileira de Política Internacional* n° 41 (1), 1998, p. 162-197.

⁸ Em: <http://www.radionacionaldelparaguay.com.py/v3/>. Disponível em 23 de junho de 2012.

Decreto nº 4.982, assinado pelo ex-presidente da república Fernando Lugo, com base em projeto laborado pela Secretaría de Información y Comunicación para el Desarrollo (Sicom). Em 2011, em meio às comemorações do Bicentenário da Independência do país, foi lançado o projeto para a criação da TV Pública Digital, cujas transmissões começaram em agosto para todo o país.

A Constituição Federal, de 1992, trata da comunicação em geral em seis artigos reunidos no seu capítulo II – intitulado “Da liberdade”. O artigo 26 trata da liberdade de expressão e de imprensa; o artigo 27 considera o emprego dos meios massivos de comunicação social; o artigo 28 fala sobre o direito de se informar; o artigo 29 destaca a liberdade do exercício do jornalismo. O setor de rádio e televisão são objetos dos artigos 30 (sobre sinais de comunicação eletromagnética) e 31 (sobre meios massivos de comunicação social estatais).

A regulação específica para o campo das telecomunicações entrou em vigor em 1995 por meio da Lei 642, de Telecomunicações.⁹ Os Serviços de Radiodifusão são objeto do Capítulo I, do Título V, da Lei 642. A Comissão Nacional de Telecomunicações (Conatel) foi criada pela mesma Lei como órgão regulador e administrador do espaço eletromagnético e atualmente está vinculada ao Ministério de Obras Públicas e Comunicações, setor responsável pela distribuição de frequências de rádio e TV e da regulação dos meios eletrônicos públicos e privados. O Decreto 14.135, sancionado em 1996, aprovou as normas de regulamentação da Lei 642 e estabeleceu as disposições gerais para a prestação dos serviços de telecomunicações; para a estrutura orgânica da Comissão Nacional de Telecomunicações; para a gestão do espectro radioelétrico, normalização e certificação de equipamentos de telecomunicações e aparelhos e a regulamentação do comércio de serviços.

A Lei de Telecomunicações teve alguns dos seus artigos modificados em textos legais posteriores. A Lei 2478, de 2004, por exemplo, modificou incisos que definem os prazos para os mandatos da Comissão Nacional de Telecomunicações, para a concessão de licenças e para o uso das concessões. Ainda em 2004, essa mesma lei foi corrigida pela Lei 2495, que alterou erros de redação do texto anterior. Em 2008, o Decreto 171 definiu forma e a estrutura da Secretaria de Informação e Comunicação para o Desenvolvimento Social (Sicom), subordinada à Presidência da República e encarregada da gestão dos veículos estatais e da coordenação das suas políticas de

⁹ Texto completo da Lei em: http://www.cinelatinoamericano.org/assets/docs/Py95_LeyTelecomunicN642.pdf

comunicação. Em 2010, novo decreto (4982) determinou a criação de um conselho assessor na estrutura da Sicom com a missão de supervisionar a estrutura legal e institucional das empresas de comunicação, fazer a adequação dos requisitos tecnológicos e possibilitar a participação do cidadão nas emissoras de rádio e TV públicas. O mesmo Decreto modificou o nome da Radio Nacional del Paraguay para Radio e Televisión Nacional del Paraguay (RTN), constituindo assim a primeira televisão pública no país. A legislação de 2010 ainda ampliou e modificou outro Decreto (14.427, de 1942) para dar novo nome à Radio ZPA-1, que passou a se chamar Radio Nacional, com o objetivo de intensificar suas atividades governamentais.

Atualmente a rede de radiodifusão pública reúne três canais vinculados diretamente ao Estado: as rádios Nacional del Paraguay e Carlos Antonio López de Pilar e a TV Pública Paraguay, todas sob a supervisão da Secretaria de Informação e Comunicação para o Desenvolvimento Social (Sicom). A Sicom também atua nas áreas de políticas de informação pública, de criação de meios públicos e de comunicação para o desenvolvimento, e é responsável pela capacitação dos profissionais que trabalham para os meios comunitários e universitários de comunicação e pela contratação de funcionários da TV Pública.¹⁰

O Conselho Assessor, criado em 2010 como parte da estrutura da Secretaria, está encarregado de propor as bases legal e institucional das empresas de comunicação, fazer a adequação das condições tecnológicas e permitir a participação do cidadão nas emissoras de rádio e televisão públicas. O Conselho tem 14 integrantes, com um membro e um suplente representando as seguintes instituições: Senado e Câmara dos Deputados, Ministério da Saúde Pública, Secretaria Nacional de Cultura da Presidência da República, SICOM, Sindicato dos Jornalistas do Paraguai (SPP) e Organizações de Produtores e Diretores de Cinema¹¹.

Ainda como parte da estrutura da Sicom foi criada a Dirección General de Medios del Estado (DGME), coordenada por um diretor executivo e da qual fazem parte os seguintes meios de comunicação: Agencia Informativa IP Paraguay; Red Pública Semanario; Radio Nacional del Paraguay; TV Pública Paraguay e Radio Nacional FM-Radio Carlos Antonio López. A DGME tem por finalidade projetar a criação de novos meios de comunicação no país; aperfeiçoar o acesso à informação pública e qualificar a

¹⁰ Endereço oficial consultado em 23/Jun/2012 em <http://www.sicom.gov.py/>

¹¹ Disponível em 23/Jun/2012 em http://www.sicom.gov.py/index.php?option=com_content&view=article&id=21&Itemid=58

educação da população por meio da mídia pública/estatal; planejar, coordenar, avaliar e monitorar a mídia pública/estatal e facilitar o acesso à informação a todos os cidadãos.

A Comissão Nacional de Telecomunicações do Paraguai (Conatel) é organismo do Ministério de Obras Públicas e Comunicações, encarregado da distribuição de frequências de rádio e TV e da regulação dos meios eletrônicos públicos e privados. Sua função é administrar os procedimentos tecnológicos e socioculturais de forma a conseguir espaços, analisar cenários e divulgar oportunidades, de modo a atender o cidadão com eficácia e eficiência.

Dos três meios de comunicação públicos existentes no Paraguai apenas a Rádio Nacional (administrada por uma direção geral e assessorada pelo Conselho Consultivo do Sicom) divulga dados de gestão no *site* da emissora. O conselho consultivo de programação da Rádio funciona desde 2009, formado por personalidades das áreas de comunicação e cultura com reconhecida trajetória e credibilidade junto à sociedade paraguaia. O conselho assessoria a direção na definição do perfil das emissoras vinculadas e da linguagem jornalística e também em relação à programação dos canais AM e FM da emissora¹². Dessa maneira os conselheiros cuidam da qualidade dos programas (conteúdos e formatos) e também do uso adequado dos dois idiomas oficiais do Paraguai: o espanhol e o guarani. Os recursos que garantem a operação das emissoras de rádio e televisão públicas do Paraguai não são explicitados. No *site* da Rádio Nacional encontra-se uma breve referência sobre a sua forma de financiamento: “Como pública, seu financiamento tem origem em grande medida nos impostos dos contribuintes, que se sentem com direito de fiscalizá-la”. Não existem, porém, informações suficientes que permitam estabelecer o percentual de repasse do Estado e tampouco a origem dos demais complementares.

A Televisão Nacional do Paraguai e a Rádio Carlos Antonio López não têm linhas editoriais ou artísticas definidas em grade de programação disponível, uma vez que ainda não possuem os respectivos *sites* oficiais. Em meados de 2012, a TV pública estava em fase experimental de implantação, por isso informações sobre estrutura, participação popular e transparência ainda eram incipientes, impossível de serem confirmadas. Em contrapartida, a programação da Rádio Nacional 95,1 FM e da Rádio Nacional 920 AM pode ser consultada no *site* da emissora, na relação dos programas por título: a grade se compõe principalmente de programas de música, jornalismo,

¹² Disponível em 25/Jun./2012 em <http://www.radionacionaldelparaguay.com.py/v3/consejo-consultivo-2/>

radioteatro, esportes, cultura e prestação de serviços. Desde junho de 2012, o site oficial da Rádio Nacional passou a exibir a frase “La radio publica plural, incluyente y cultural”.¹³ Até recentemente a Rádio Carlos Antonio Lopez operava em regime comercial, enquanto a programação da Rádio Nacional se limitava à transmissão de programas folclóricos, informações oficiais e futebol. Como meio de comunicação público há mais tempo em operação no país, a Rádio Nacional consegue apresentar na sua estrutura maior participação e estabilidade entre as emissoras públicas/estatais. Na Internet, a emissora mantém uma central de atendimento ao ouvinte distribuída pelos setores de imprensa, recepção e direção, além de telefones e e-mail para contato via correio eletrônico para alguns programas específicos, como *Yopara*, *Informativo de Mediodía*, *Tierra y Alma Guarany*, *Red Publica*. A programação da Rádio Nacional é divulgada nas redes sociais Facebook e Twitter e a emissora usa recursos como *feeds* de notícias, *streaming*, newsletter, blog, busca, tags e links. No endereço da Televisão Nacional do Paraguai estão listados os contatos telefones da diretoria da empresa – e este era o único recurso existente para entrar em contato com a equipe da emissora.

Comentário final

Os casos das emissoras e/ou sistemas públicos de rádio e TV na Guiana e no Paraguai mostram que, de modo geral, a radiodifusão hoje identificada como pública na América do Sul, se equilibra sobre uma intrincada construção da história, da cultura e da colonização da região. Boa parte das atuais emissoras públicas de rádio e de televisão sul-americanas teve origem em canais educativos e/ou culturais. Há também aquelas que operaram durante anos como canais oficiais do Estado, agora reconfiguradas nas suas estruturas internas de poder com conselhos curadores e ouvidoria. Independente do seu formato original, a maioria das emissoras reunidas sob a denominação “pública” é resultado de experiências anteriores de mídia, atreladas mais a processos políticos do que a atividades de cidadania. O setor de audiovisual na América do Sul ainda é predominantemente comercial e pouco regulado em alguns países, o que muitas vezes o distancia do interesse público. E quando um setor não está regulado por lei, lembra Becerra (2012), ele o será por meio das empresas. Um claro resultado dessa circunstância, que se repete em praticamente todos os países analisados, é a inexistência na América do Sul, de meios que possam ser efetivamente identificados como públicos: há meios

¹³ Disponível em 25/Jun./2012 em <http://www.radionacionaldelparaguay.com.py/v3/>

governamentais, que seguem a lógica patrimonialista do Estado, e meios privados, com a produção de conteúdo audiovisual concentrada em empresas, cidades ou regiões de um determinado país.

REFERÊNCIAS

- BECERRA, M. Apresentação na mesa Políticas de Comunicação na Argentina e no Brasil. 4º Encontro Nacional ULEPICC-Brasil. Rio de Janeiro: Universidade do estado do Rio de Janeiro, 2012.
- BURKE, Peter. 2003. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.
- ELIOT, T. S. **Notas para uma definição de cultura**. Lisboa: Edições Século XXI, 1996.
- HAESBAERT, Rogério e PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A nova des-ordem mundial**. Bauru: Editora da Unesp, 2006.
- HIMPELE, Jeff D. **Circuits of Culture** – Media, politics and indigenous identity in the Andes. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
- LA UNASUR reivindica la TV Pública. 32 al Sur, 02/Diciembre/2010. Disponível em 03/dez./2010 em: <http://32alsur.com.ar/noticia.php?n=180>
- MARANDOLA, Jr., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, LÍVIA de (org.). **Qual o espaço do lugar: geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- MOREIRA, Sonia V. **Radiodifusão pública nos países da União das Nações Sul-Americanas: anotações de campo, esboço de mapas**. Relatório de Pesquisa, 2013 [inédito].
- ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- RADIO Nacional del Paraguay. Disponível em maio 2013 em <http://www.radionacionaldelparaguay.com.py/v3/>
- RAMA, Ángel. **Writing accross cultures** – narrative transculturation in Latin America. Durban: Duke University Press, 2012.
- SANDERS, Ron. **Broadcasting in Guyana**. London: Routledge & Kegan Paul, 1978.
- THE WORLD Bank – **Data, Country Profiles**. Disponível em 23/out/2012 em: <http://data.worldbank.org/data-catalog/country-profiles>
- TV PÚBLICA Paraguay. Disponível em maio 2013 em <http://www.tvpublica.com.py/>